

O FENÔMENO DA FEMINIZAÇÃO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Brenda Rayanne Sampaio de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas Campus Arapiraca Unidade Educacional Palmeira dos Índios (UFAL). E-mail:
rayannesampaio@gmail.com. Graduanda do curso de Serviço Social.

Resumo: O Serviço Social enquanto profissão carrega consigo a predominância do sexo feminino na composição profissional como uma marca profunda. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo central analisar os determinantes do Fenômeno da Feminização, através dos processos que perpassam a trajetória histórica da profissão do Serviço Social, na ordem capitalista. Para isso, mediante a uma revisão bibliográfica busca-se analisar a inserção da mulher na esfera produtiva, entendendo a divisão sexual do trabalho como elemento significativo para o processo de opressão e exploração da mulher. Assim, torna-se evidente a necessidade de compreender o contexto que delinea a profissão em sua gênese como: o cenário político, econômico, social e cultural vigente neste determinado momento histórico e como estes implicam diretamente na formação da profissão. Compreendendo as causas que determinaram a predominância da presença do sexo feminino na categoria profissional e a contribuição desta para com o aprimoramento da profissão, a partir da análise das transformações que perpassam a profissional ao longo da história.

Palavras-chave: Serviço Social, Mulher; Feminização.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto profissão se situa na divisão social e técnica do trabalho, e carrega consigo, como uma marca, a predominância do sexo feminino na composição profissional. Enquanto profissão, o Serviço Social sofre com uma série de determinantes que o afetam diretamente, pois, o contexto em que a profissão está inserida implica desde a sua criação, no estabelecimento de um “perfil” profissional, até suas práticas cotidianas. Dessa forma, o Serviço Social se consolida como profissão sendo regida pelos ditames da sociedade capitalista, tendo como principal objetivo responder as expressões da "questão social".

Para se compreender a formação do Serviço Social enquanto uma profissão predominantemente feminina, a princípio é necessário compreender o processo de

subordinação da mulher na esfera produtiva, através da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, entenderemos como o sistema capitalista se apropria do trabalho feminino e quais suas estratégias e objetivos para com este. Mediante isso, apreendemos os determinantes que contribuem para a materialização do fenômeno da feminização.

Logo, o presente artigo tem como proposta geral investigar o fenômeno da feminização, que afeta determinadas áreas do mercado de trabalho na sociedade capitalista. Tal fenômeno será investigado através de uma breve análise da trajetória histórica da profissão do Serviço Social, buscando a compreensão da necessidade da presença feminina na profissão e quais os determinantes deste fenômeno na esfera social, econômica e política, na ordem do capital.

METODOLOGIA

Para investigar tal fenômeno é preciso se utilizar de métodos apropriados que nos direcione nesse processo de pesquisa visando obter a maior aproximação possível com o objeto investigado, para assim conseguir retratar o objeto em sua totalidade.

Esse trabalho se utiliza do método do materialismo-histórico-dialético, que Paulo Netto (2009) define como um processo de pesquisa no qual o sujeito investigador busca apreender a essência do objeto investigado, partindo de sua aparência. Para isso, o investigador precisa passar por um processo de apreensão e análise do movimento real do objeto lhe possibilitando reproduzir no plano ideal a essência do objeto investigado. Porém, o autor afirma que quanto maior for à aproximação do investigador com o objeto, maior a possibilidade de reproduzi-lo no plano ideal mais próximo de sua totalidade. À vista disso tal método se apresenta como o melhor para ser utilizado na realização desta pesquisa, pois, parte de uma perspectiva de totalidade.

Considerando os apontamentos de Gil (2002) outro método utilizado na realização desse trabalho foi à pesquisa bibliográfica, usufruindo de materiais como artigos científicos e livros que possibilitou ao pesquisador maior abrangência sobre o objeto tratado e seus determinantes, diante do processo de elaboração de tal pesquisa. Outro intuito desse trabalho é expor uma pesquisa mediada pela pesquisa exploratória, visando obter maior familiarização com o objeto a ser investigado possibilitando maior

compreensão acerca de tal problemática. Sendo utilizada também a pesquisa descritiva, que possibilita a análise de modo que é possível descrever as características de um dado fenômeno. E por fim, se utiliza da pesquisa explicativa, com objetivo de registrar os fatos, analisa-los e interpreta-los permitindo o reconhecimento das causas que determinam o acontecimento de determinado fenômeno. Visando realizar uma pesquisa de forma mais qualificada através de uma maior aproximação com o objeto estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de subordinação do sexo feminino na sociedade capitalista é um dos fatores contribuintes para promover o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade. Para isso, o modo de produção capitalista utiliza a divisão sexual do trabalho como um dos principais fundamentos para a subordinação feminina pelo sexo masculino. Garantindo desse modo as formas de produzir e reproduzir a vida, além de assegurar a reprodução do próprio sistema.

Para Yannoulas (2011), a divisão sexual do trabalho consiste em uma divisão em grupos de homens e mulheres, onde no âmbito do trabalho irão desenvolver atividades e funções distintas. Tal divisão está fundada nas relações sociais, ou seja, é produzida e reproduzida pelas mesmas, tendo como principais marcas a desigualdade social, o antagonismo e as relações sociais hierárquicas entre homens e mulheres. Desse modo, a divisão sexual do trabalho assegura ao homem a supremacia do poder, enquanto se torna uma das bases estruturantes da exploração e opressão da mulher.

À vista disso tem-se a desvalorização dos trabalhos desenvolvidos por mulheres, pois, são caracterizados enquanto atividades de fácil desenvoltura – também resultante de sua baixa qualificação –, contribuindo com o processo de naturalização das funções intituladas como femininas, consolidando a marginalização da mulher no sistema capitalista. Dessa forma, é assegurada a manutenção e reprodução do sistema vigente através da subordinação, da naturalização das funções e da má formação das capacidades da mulher, se materializando o Fenômeno da Feminização em determinadas áreas do mercado de trabalho.

A princípio para se compreender o Fenômeno da Feminização de uma profissão, é preciso entender primeiramente o que é a *Feminilização* de

uma profissão. Segundo Yannoulas (2011), a Feminilização de uma profissão se remete a um significado quantitativo – através da análise de dados estatísticos – pois, se trata da identificação de um grande número do sexo feminino compondo uma determinada profissão, e contribui diretamente com o fenômeno da Feminização. Para a autora, o Fenômeno da Feminização se refere ao significado e valor social de uma determinada profissão ou ocupação relacionada à concepção de gênero de uma sociedade. Assim, o processo de Feminização de uma profissão está terminantemente ligado às funções e aos deveres que o sexo feminino ocupa na sociedade.

Cisne (2015b) salienta que para compreender o processo de feminização de determinadas funções do mundo do trabalho, deve-se analisá-lo através de uma perspectiva de totalidade. Para isso, é preciso enxergar tal processo para além da noção de conquista da mulher, ao ser inserida no mercado de trabalho – conquista da independência/liberdade/autonomia econômica – e buscar as determinações postas para contribuir com a realização de tal fenômeno pelo sistema de dominação patriarcal capitalista.

Assim,

[...] as conquistas, as potencialidades positivas para emancipação das mulheres encontram-se imbricadas nas contradições do movimento do capital, que engendra estratégias a seu favor travestidas de bandeiras de luta das mulheres (CISNE, 2015b, p. 129).

Com isso, entende-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho não se expressa como uma simples conquista emancipatória, mas como uma estratégia do capitalismo para garantir mais lucros. Logo o fenômeno da feminização, assim como a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, apesar de ser caracterizado como um processo natural, trata-se de uma estratégia para assegurar a produção da mais-valia e as formas de produzir e reproduzir a vida.

Assim, ao analisar o processo de feminização de algumas áreas do mercado de trabalho, podemos refletir sobre como o sistema capitalista, aliado ao sistema de dominação patriarcal, se apropria das mulheres, visando à vigência de seu domínio, a garantia da reprodução social e a maior concentração de capital.

Diante do exposto iremos mais adiante fazer uma análise sobre como o fenômeno da

feminização se conecta com a profissão do Serviço Social, na divisão sócio técnica do trabalho, o qual vai se institucionalizar como uma profissão constituída por uma categoria predominantemente feminina, devido ao papel imposto a mulher pela sociedade capitalista e seus respectivos interesses, que buscam manter a ideologia burguesa, a partir de uma perspectiva que articula a postura feminina à um perfil ético, moral e educador.

O processo de feminização da profissão do Serviço Social está relacionado à sua trajetória histórica e ao fato desta ser resultante de um dado contexto. Tal contexto delinea a profissão, desde sua gênese, de acordo com o cenário político, econômico, social e cultural vigente num determinado momento histórico. Para assim compreender a necessidade da presença feminina na profissão do Serviço Social, como estratégia do modo de produção capitalista e do sistema de dominação patriarcal.

Com a consolidação do sistema capitalista, em sua fase monopólica, tem-se a intensificação das contradições gestadas pelo próprio modo de produção, através dos meios de exploração e alienação. Assim, com o intenso desenvolvimento das forças produtivas, a expansão do industrialismo e do mercado alteram as condições socioeconômicas e políticas da sociedade, acarretando numa reconfiguração do sistema industrial, que afeta diretamente a vida da classe explorada, produzindo assim uma série de desigualdades sociais, político, cultural e econômica.

De acordo com Cisne (2015a), pautada em análises de José Paulo Netto, a expressão “questão social” surge para dar conta de um fenômeno inicialmente intitulado de *pauperismo*. Para tanto, com o capitalismo em sua fase industrial-concorrencial houve a agudização do pauperismo junto de novas expressões – se intensifica a pobreza, a fome, o desemprego, as desigualdades, doenças, etc. A partir desse momento a nova pobreza é gestada numa abundante produção de riqueza, e mediante a essa nova realidade o pauperismo passa a ser denominado como "questão social".

Iamamoto e Carvalho (2008) ressaltam que a nova pobreza e as novas condições de trabalho se tornaram um elemento significativo para que a classe operária se manifest através de uma organização política. Tais organizações foram constituídas por operários de diversas posições, mas, com um único objetivo em comum: combater as contradições e antagonismos da sociedade capitalista. Logo, a necessidade de expansão do capital é limitada pelas lutas dos trabalhadores e pela necessidade de reprodução dessa classe, para que haja o desenvolvimento das forças produtivas. Diante disso, de acordo com Paulo Netto (2011), o capitalismo se

apropriada do Estado para que este desenvolva medidas sociais visando amenizar os efeitos das desigualdades geradas no processo produtivo.

Assim,

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda escala societária (PAULO NETTO, 2011, p. 29).

Frente à organização da classe trabalhadora, o Estado nota a emergência de implementar políticas assistencialistas que atendessem às necessidades da classe trabalhadora e aos interesses do modo de produção. Assim, emerge também a necessidade de institucionalizar uma profissão que desenvolvesse tais ações, mediante uma organização técnica e de forma “[...] mais efetiva e [de] maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2008, p. 168).

Assim, a institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorre na década de 1930, no período da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista¹. Para isso, o Estado passa a desenvolver políticas sociais como medidas que iriam intervir de modo imediato e aparente sobre as desigualdades sociais, contendo também as inquietações da classe trabalhadora.

O Serviço Social está inserido na divisão social técnica do trabalho e suas bases estão marcadas pela aliança entre o Estado, a Igreja e a burguesia. Iamamoto e Carvalho (2008) salientam que esta aliança utiliza o Serviço Social como meio de impulsionar o espírito filantrópico, ao determinar que para exercer tal profissão seja necessário ter uma “vocação para servir ao próximo”, pois

¹ Segundo Paulo Netto (2011), “[...] o capitalismo monopolista reloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares da exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana [...]” (p.19). Logo, com a organização dos monopólios se tem a ampliação da busca incessante pelo aumento de capital, através do controle do mercado alterando profundamente a dinâmica social.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, *a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 171-172 *grifos dos autores*).

As primeiras Escolas de Serviço Social eram regidas por um padrão idealizado partindo de um viés veementemente conservador, pois estavam ligados aos interesses da burguesia. Assim sendo, as escolas determinavam uma série de exigências, referentes à subjetividade, a serem cumpridas pelos aprendizes do Serviço Social. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008), tais exigências se caracterizavam a partir de características, tais como: uma íntegra formação moral; viesse de boa família; detentora de boa saúde e ausência de defeitos físicos; boa desenvoltura em socializações, nas relações sociais e atuar de forma paternalista e autoritária, no entanto, de modo sutil - vindo a capacitar o exercício profissional sob um viés conservador e contribuindo acentuadamente com o fenômeno da feminização da profissão.

Desse modo,

A “feminização” é [...] compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma, de inserção no mercado de trabalho (CISNE, 2004, p. 51).

Segundo Monteiro e Pacheco (2015), é possível compreender como o Serviço Social se torna uma profissão predominantemente feminina, pois, desde sua origem a profissão é configurada por princípios da Igreja Católica aliados a herança da “natureza feminina”, uma ideologia historicamente construída que define o “modo de ser” da mulher, que vai caracterizá-la como uma profissão destinada às mulheres, evidenciando a predominância feminina na profissão, em que é permeada por contradições e divergências nas relações de gênero, como também é notável a condição de subalternidade da profissão, conformando-se em uma complexidade que cerca a profissão e numa dificuldade na tentativa de um rompimento com este fenômeno, inserido num contexto patriarcal e capitalista.

O perfil determinado para o Serviço Social perpassa a composição da categoria profissional por muitos anos no decorrer da trajetória histórica da profissão. Observa-se que até na contemporaneidade ainda é notável a presença feminina como maioria na composição profissional. No entanto, é apenas através do momento de intenção de ruptura com o conservadorismo que o Serviço Social passa a questionar e reivindicar suas bases conservadoras, buscando a compreensão de sua função social, obtendo um redirecionamento político, pois, passa a buscar outras bases teóricas e metodológicas, mediante a aproximação das produções marxistas.

Segundo Cisne (2004), é na década de 1990 que esse processo de reorientação nos campos políticos e teórico-metodológicos possibilita que o Serviço Social alcance sua maturidade profissional. Nesse momento é estabelecida a ruptura com a tradição conservadora que cercava a profissão, consolidando tal marco através do Novo Projeto Profissional, que estava “[...] pautado no compromisso com as classes subalternizadas, tendo como valor central a liberdade” (Ibidem, p. 68).

Dessa forma, o Projeto Ético-político do Serviço Social é consolidado através do Código de Ética de 1993, que traz como uma de suas propostas o desenvolvimento de uma nova ordem social, livre da exploração e da dominação entre as classes, os gêneros e as etnias, através da

[...] **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária**, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; **Exercício profissional sem ser discriminado**, nem discriminar por questões de inserção de **classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física** (MONTEIRO; PACHECO, 2015, p.126 apud CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, 1993. **grifos dos autores**).

Monteiro e Pacheco (2015) salientam que o Código de Ética de 1993, ao abordar a não discriminação de gênero como um de seus Princípios Fundamentais, torna evidente para a profissão a emergência em repensar a organização social vigente, considerando as relações de gênero como contribuintes significantes para a formação de um indivíduo, a formação da sociedade e especialmente na composição da categoria profissional.

Diante disso, para efetivar a proposta colocada pelo Código de Ética, também é preciso reconhecer a desigualdade de gênero como uma construção histórico-social e analisar

como tal ideologia é apreendida e perpetuada, especialmente dentro da categoria profissional e nas suas práticas cotidianas, bem como é necessária a luta pela defesa da igualdade de gênero, pois, só a superação do modo de produção não é suficiente para superar as desigualdades sociais e principalmente a diversidade entre os gêneros.

Contudo, é importante ressaltar o quanto ainda carregamos a “herança” de um fazer profissional moralizador, positivista e fenomenológico, traço fundador de nossa profissão. É por isso que cabe a/o Assistente Social a tarefa política e teórica de entender as particularidades de gênero para fundamentar a sua intervenção na realidade pautada no Código de Ética, do Projeto Ético Político e da Lei de Regulamentação da Profissão (MONTEIRO; PACHECO, 2015. p.127).

Pois, mesmo diante de todas as transformações que a profissão sofreu, a realidade em que ela se situa ainda apresenta conservadorismo e machismo que infringem a categoria feminina com sua discriminação ideológica, limitando e depreciando a profissão do Serviço Social, como outras profissões intituladas como femininas.

Cisne (2004) nos leva a refletir em quais seriam as razões atuais vigentes para que o investimento no trabalho feminino ainda seja rentável para o desenvolvimento do capital, além de ser mais rentável no processo de acumulação de capital e a produção e reprodução da vida e do próprio sistema: partindo da perspectiva do Serviço Social, tal perfil atualmente ainda é justificado socialmente pelas ideologias acerca do perfil profissional da mulher – considerando-a como mais capacitada para “gerir a pobreza”, sendo através dessas concepções que atualmente se mascara os pré-requisitos para atuação profissional, como no período de suas protoformas.

Cisne (2015b) ressalva que estar consciente do papel da mulher na sociedade capitalista e como isso afeta as condições de vida dela em sua totalidade é imprescindível, na busca por avanços para as mulheres e à própria profissão. Pois, como uma profissão que carrega consigo historicamente um regimento de subalternidade, é necessário que a categoria profissional tenha consciência de tais determinações e implicações para promover melhores avanços no processo de reconhecimento e afirmação da profissão.

Para tanto a autora supracitada constata a forte necessidade de se trabalhar ainda mais a relação de gênero e Serviço Social, pois, ainda resiste alguns elementos conservadores, através de uma “não-consciência” das condições de gênero impostas a esta, inseridos na

categoria profissional e resistentes devido à ausência de uma percepção crítica acerca do processo de feminização da profissão, dificultando o próprio desenvolvimento, valorização e renovação desta.

Por fim, enquanto alternativa de enfrentamento, a autora sugere a articulação com as lutas feministas – devido à predominância do sexo feminino –, visando romper com os aspectos conservadores em torno da mulher, possibilitando que o Serviço Social ao se articular com as ações dos movimentos das mulheres esteja atuando de acordo com os valores e princípios do seu Projeto Ético Político, no Código de Ética e na Lei de Regulamentação, dando continuidade para a implementação de seu projeto profissional na busca pela emancipação humana, lutando contra todas as formas de opressão, discriminação e violência que cercam a mulher na sociedade capitalista.

CONCLUSÕES

Em virtude dos fatos mencionados entende-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho não se expressa como uma simples conquista emancipatória, mas também, como uma estratégia do capitalismo para garantir mais lucros, pois, quando o sistema capitalista estabelece a divisão social e técnica do trabalho mediante um processo histórico de disseminação de ideologias acerca de um “perfil” feminino, em contrapartida, o mesmo também estabelece a segmentação da classe trabalhadora fomentando a competição entre os sexos, além de ampliar as desigualdades, acentuando as contradições e os antagonismos que permeiam a sociedade como um todo.

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho garante a soberania ao homem, na esfera produtiva, e se torna uma das bases estruturantes de exploração e desvalorização do sexo feminino, como um instrumento para assegurar o aumento da concentração de capital, bem como a produção e reprodução da vida.

As reflexões postas neste artigo possibilitaram o entendimento de que o fenômeno da feminização, que estigmatiza determinadas áreas do mercado de trabalho, se refere a grande concentração da presença feminina na composição de determinadas profissões. Tal característica é a razão da desvalorização dessas profissões perante a sociedade, devido a uma ideologia sobre a identidade feminina, que tanto é construída quanto disseminada pela

sociedade ao longo da história. Logo, esse fenômeno vai afetar a figura feminina nas dimensões da vida social, econômica e política.

Por todos esses aspectos, se demonstra quão importante e necessária se faz a apreensão do processo de institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social, na divisão sócio técnica do trabalho. Entender a trajetória da profissão nos auxilia na compreensão do contexto atual em que esta se situa e possibilita, também, constatar que os preceitos capitalistas ainda regem a profissão - isso no sentido de que foi consolidado historicamente esse perfil para a categoria profissional e que o mesmo persiste até os dias de hoje.

Entretanto, vale salientar que o fenômeno da feminização não é característica única do Serviço Social, ele também atinge outras profissões. Por essa razão se faz necessária uma organização política da categoria profissional e sua aliança com os movimentos sociais das classes subalternas, como proposto no Código de Ética, no Projeto Ético Político, se tornando uma estratégia de enfrentamento tanto às imposições capitalistas quanto ao próprio fenômeno que afeta a profissão. Por fim, é imprescindível que haja a disseminação de tais conhecimentos, pois, viabiliza o discernimento sobre os determinantes que impactam a profissão e a vida das mulheres, não só como meio de socializar informação, mas também, com meio de apreender as relações de gênero e tornar esse entendimento um direcionamento para a suas intervenções, e assim, incitar a busca por uma nova forma de organização social, como proposto no projeto ético-político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015a.

_____. **Serviço social: uma profissão de mulheres e para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2015b.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MESQUITA, Andréa Pacheco de; MONTEIRO, Maria Olivia da Silva. O arquétipo viril e o projeto ético-político: alguns desafios para o serviço social. In: **Revista Feminismos**, Bahia, v. 3, n. 2 e 3, p. 115-130, maio/dez 2015.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.